



AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: REGULAÇÃO E/OU MANCIPAÇÃO

Eliane Maria Cocco - URI¹

Edite Maria Sudbrack - URI²

Resumo: O tema proposto apresenta algumas reflexões sobre o que é avaliação e seu importante papel nas relações pedagógicas no contexto escolar. Destaca que a avaliação pode ser reguladora e/ou emancipatória dependendo de como é planejada e de como seus resultados são analisados e transformados em ações que irão proporcionar a obtenção de conhecimento e exercício da democracia. Conceitua avaliação externa e descreve algumas características dos cinco processos estratégicos de avaliação em foco na educação básica, os quais fazem parte de algumas reformas educacionais, por iniciativa dos governos, com o objetivo de monitorar e regular os estabelecimentos educacionais, obtendo os resultados desejados.

Palavras-chave: avaliação escolar; avaliação externa; emancipação; regulação.

1 Palavras iniciais

Este artigo tem por finalidade mostrar que a escola é um local privilegiado das práticas sociais, em função da garantia dos direitos humanos na construção de pessoas solidárias, críticas e participativas. Assim, quando se fala em avaliação educacional pensa-se logo na avaliação do rendimento escolar do aluno realizada por seus professores no decorrer do ano letivo, ou seja, a medição do conhecimento dos estudantes por meio de trabalhos e provas, uma vez que esse tipo de avaliação está presente no cotidiano das instituições escolares. Mas a avaliação acontece também em vários lugares, no nosso dia a dia, nas nossas ações e também por agências contratadas pelos governos.

Nesse entorno, nas últimas décadas, provas como os vestibulares, Enem, Prova Brasil, Encceja também surgem como métodos de avaliação, sendo que as melhores notas são relacionadas aos melhores conhecimentos, remetendo à ideia de que avaliar é medir. Mas a avaliação é um processo muito mais amplo, ela tem como “[...] objetivos fornecer diagnóstico

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, professora de matemática da Escola Estadual de Educação Básica Sepé Tiaraju e professora supervisora do PIBID na referida escola. elianecocco31@gmail.com

² Doutora em Educação, chefe do Departamento de Ciências Humanas e coordenadora do mestrado em Educação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/campus de F.W. sudbrack@uri.edu.br

e subsídios para a implementação ou manutenção de políticas educacionais. Ela deve ser concebida também para prover um contínuo monitoramento do sistema educacional com vistas a detectar os efeitos positivos ou negativos de políticas adotadas” (KLEIN, 1995, p. 28).

A avaliação desempenha um importante papel nas relações pedagógicas e pode ser um instrumento de controle, de regulação ou de emancipação, dependendo da forma como será planejada, aplicada e como os resultados obtidos serão analisados e transformados em ações que possibilitem a aquisição de conhecimentos e exercício da democracia.

Por tudo isso, Sobrinho (2008, p. 194) considera que a avaliação

[...] deve construir os campos sociais de discussão e valoração a respeito dos processos, contextos, produtos, objetivos, procedimentos, estruturas, causalidades, metas de superação, condições de produção das atividades educativas, sentidos e impactos na formação dos cidadãos e na construção da sociedade democrática.

A implantação de um sistema educativo competitivo pode aumentar as desigualdades sociais causando a exclusão e seleção dos alunos. Assim, o professor perde sua autonomia e acaba traçando seus objetivos pelas normas impostas a fim de atingir as metas quantitativas estabelecidas pelos governos, cujas palavras de ordem são controle e eficácia.

Este artigo está organizado em três partes: primeiramente serão apresentados alguns conceitos de avaliação, suas finalidades e a forma como vem sendo usada nos meios escolares; num segundo momento parte-se para a diferenciação entre avaliação reguladora e emancipatória, suas características e propósitos; por fim, serão enfatizadas algumas avaliações em larga escala, as quais fazem parte de algumas reformas educacionais por iniciativa dos governos com o objetivo de monitorar e regular os estabelecimentos educacionais obtendo os resultados desejados.

2 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Como integrantes de uma sociedade, estamos sujeitos a todo o momento a algum tipo de avaliação, seja no espaço escolar, no trabalho, nos movimentos sociais, numa atividade esportiva, no vestibular, numa entrevista de emprego. Nossa vida, nossas ações, nossos conhecimentos e atitudes estão sujeitos a algum tipo de comentário e julgamento, de outras pessoas ou cobranças de nós mesmos. Como estou? Gosto? Não gosto? A avaliação proporciona um conhecimento, por parte dos sujeitos, sobre o andamento das suas atividades,

sobre suas limitações, sucessos e fracassos, sobre as lacunas existentes, garantindo informações para melhorar a qualidade das ações desenvolvidas e assim elevar os níveis do processo de aprendizagem.

Nesse sentido, é importante salientar o apontamento de Belloni (2001, p.14) quando nos diz que

Avaliar é uma ação corriqueira e espontânea realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana; é assim, um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos ou grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente sempre com vistas ao futuro. Faz parte dos instrumentos de sobrevivência de qualquer indivíduo ou grupo, resultado de uma necessidade natural ou instintiva de sobreviver, evitando riscos e buscando prazer e realizações.

Essas ações avaliativas são habituais, acontecendo muitas vezes de forma espontânea e se diferem daquelas que causam medo, terror e muitas vezes fazem sofrer, que são as utilizadas pelos sistemas de ensino e as impostas pelos governos, as quais possuem um caráter determinado e metódico e servem para muitos propósitos que serão destacados posteriormente.

A avaliação é uma atividade política que, através de alguns procedimentos, procura manter o controle, a organização, seja de uma sala de aula, quando realizada pelos professores, seja de uma instituição escolar, quando aplicada pelo Estado. A avaliação pode ser entendida como uma relação de dominação que “[...] contribui para *fabricar* imagens e representações sociais positivas ou negativas que, consoante os casos, levam à promoção ou estigmatização dos alunos, justificando a sua distribuição diferencial na hierarquia escolar” (AFONSO, 2000, p. 21).

Um professor que não avalia constantemente a sua prática, no sentido indagativo e investigativo, torna sua docência uma verdade absoluta. Portanto, avaliação é um ato de reflexão para transformar ações.

Nas práticas educativas, a avaliação da aprendizagem vem sendo direcionada na forma de exames os quais, na maioria das vezes, são a única forma que os docentes utilizam para verificar se os conhecimentos foram assimilados pelos alunos. As provas são usadas, muitas vezes, como forma de punição e ameaça como um elemento motivador da aprendizagem. Nessa forma de avaliar, o que importa para a promoção de uma série para outra são as notas obtidas durante o ano letivo. Assim, a avaliação escolar tem sido uma maneira de selecionar e comparar os alunos, em função de uma nota obtida, gerando competitividade e desigualdade.

No entendimento de Libâneo (1994, p.195), “[...] a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas

proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa.” Nesse sentido, para Luckesi (1990, p. 71) a

[...] avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido.

Os resultados obtidos através da apreciação qualitativa que poderá ser através da análise de provas, realização das tarefas, trabalhos, exercícios, pontualidade, participação, permitem que o professor encaminhe suas ações no sentido de “[...] **com e nos** educandos conhecimentos, habilidades e hábitos que possibilitem o seu efetivo desenvolvimento, através da assimilação ativa do legado cultural da sociedade” (idem, p.71). Assim, é oportuno salientar que a avaliação

[...] significa ação provocativa do professor, desafiando o educando a refletir sobre as situações vividas, a formular e reformular hipóteses, encaminhando-se a um saber enriquecido. Dialogar é refletir em conjunto (professor e aluno) sobre o objeto de conhecimento. Exige aprofundamento em teorias de conhecimento e nas diferentes áreas do saber. Acompanhar é favorecer o “vir a ser” desenvolvendo ações educativas que possibilitem novas descobertas (HOFFMANN, 1993, p. 153).

De acordo com as palavras de Demo (1999, p.18), avaliar é classificar e escalonar. A “[...] avaliação, ao contrário do que se aventa, é feita para classificar, busca comparar, contrasta as pessoas sobre cenários onde sempre há quem esteja mais em cima e quem esteja mais embaixo.” Mas ela é necessária uma vez que seja para garantir que o aluno que não consegue aprender tenha seu direito de aprender. Não podemos ignorar esse fundo classificatório da avaliação, pois poderemos aumentar o fosso social e aplicar avaliações que não avaliem. Devemos, sim “[...] argumentar sobre razões pedagógicas da classificação e seus óbvios riscos” (idem, p. 18). Já no sentido de escalonar, o autor coloca que “[...] é inviável avaliar sem dispor de escala de contraste. Não podemos dizer se algo está mais acima ou mais abaixo, está melhor ou pior, está para mais ou para menos, sem que tenhamos por trás escala que permita posicionar” (Ibidem, p. 21). Tanto a nota quanto o conceito é uma forma de escalonar. O que se deve querer é acompanhar a evolução do aluno, não somar e produzir médias. Nessa acepção, a nota deveria mostrar o diagnóstico verdadeiro sobre a aprendizagem e a evolução do aluno, não só em termos curriculares, de conteúdos, mas de toda uma evolução social e pessoal e o professor, por sua vez, assumir o compromisso de intervir para garantir o direito de o aluno aprender.

Belloni (2001, p.15) afirma que avaliar é um “[...] processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento.” A avaliação é um processo que permite compreender de forma global o objeto, levando em conta os aspectos sociais e históricos no contexto sócio-político-econômico do objeto ou da política avaliada. “Avaliar significa compreender *todas as dimensões e implicações* do objeto ou política avaliada” (idem, p.26), contemplando aspectos sociais e políticos envolvidos na sua formulação até sua execução.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que na década de 1980 começa a ser discutida a necessidade da avaliação institucional sob dois argumentos: “[...] cumprimento do princípio de transparência, ou seja, a exigência ética da prestação de contas à sociedade; e mecanismo de fortalecimento da instituição pública ante as contínuas ameaças de privatização” (SOBRINHO, 2000, p. 7). E a partir do início de 1990, com a crise das universidades, a avaliação institucional ganha consistência tornando-se fonte de informação e indicadores de evidências, passando a servir como instrumento de melhoria da qualidade acadêmica e científica, apoiadas pelas políticas públicas que dão suporte financeiro e apoio metodológico.

3 AVALIAÇÃO: REGULAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO?

Quando falamos em elaborar uma avaliação é necessário ter claros os objetivos ou a finalidade a qual será aplicada. Se ela for para manter a ordem, o controle dos alunos, dos filhos, das instituições de ensino, dos professores, desempenhará um papel muito mais político do que pedagógico, pois não será um recurso pedagógico direcionado à reorganização das ações visando à aprendizagem. Se a avaliação, ao contrário, tiver como pretensão a socialização e a democratização, deverá assumir um papel pedagógico voltado para a transformação da realidade social através de encaminhamentos democráticos e emancipatórios.

Na ótica de Luckesi (2010, p. 29), “[...] a avaliação da aprendizagem escolar no Brasil, hoje, tomada *in genere*, está a serviço de uma pedagogia dominante que, por sua vez, serve a um modelo social dominante, o qual, genericamente, pode ser identificado como modelo social *liberal conservador*.” Dentro da atual sociedade, que exige o controle e o enquadramento dos indivíduos, a avaliação escolar é *autoritária*, sendo um instrumento

disciplinador das condutas conforme o modelo liberal conservador que não permite a superação, por esse motivo acabam garantindo o sistema na sua totalidade.

No dicionário *on line* de português (2012), o termo regulação significa “afinação, ajustamento (pop.)”. Assim, com base nessa definição, Sobrinho (2008, p. 204-205) salienta que

[...] a regulação, em muitos aspectos, estará em conformidade com a norma, porém, não há de se constar a um mero cumprimento acrítico e burocrático das determinações exteriores. A regulação deve guardar rica relação com a auto-regulação, isto é, com as oportunidades e possibilidades que se produzem no exercício criativo da autonomia.

Geralmente, a avaliação é praticada somente para a verificação daquilo que já passou e do ideal esperado, os quais são orientados pela eficácia e eficiência, dizendo respeito à produção e aos resultados. Os instrumentos mais usados para essa verificação são provas, exames, notas, testes criteriais, mantendo certo controle sobre o rendimento dos alunos do ponto de vista da classificação, levando em consideração muito mais o aspecto quantitativo do que o qualitativo. Para Sobrinho (2008, p. 202), esses instrumentos “[...] não são suficientes para a compreensão de uma realidade tão complexa como a educação e, se exclusivos, tampouco são instrumentos capazes de levar a grandes transformações pedagógicas”. Mas ela pode ser “[...] um bem comum a serviço da formação dos indivíduos para a vida social, do desenvolvimento institucional e dos projetos do Estado” (idem, p. 205), desde que ajude a “compreender e melhorar a realização dos processos educativos, cognitivos, psicossociais, estruturais e organizacionais” (idem, p. 205).

Como afirma Afonso (2000, p. 28),

[...] nas organizações, a avaliação é quase sempre um instrumento fundamental em termos de gestão. Particularmente importante na estruturação das relações de trabalho [...] a avaliação é também um instrumento importante de controle e de legitimação organizacional.

Pensemos numa organização em que não se tenha nenhum tipo de exigência, onde qualquer pessoa possa chegar e sair a hora que desejar, desempenhar sua função sem pressa e quando tiver vontade; é claro que as coisas não dariam certo e não se produziriam resultados satisfatórios. Para se manter a ordem e para que as metas sejam cumpridas é necessária certa regulação, caso contrário o caos instale-se-á.

Num outro contexto, definimos emancipação como a “[...] aquisição, pelo menor, do direito de administrar seus próprios bens e receber os rendimentos. Ato jurídico pelo qual o filho sai do pátrio poder. Alforria; libertação” (DICIONÁRIO *on line*, 2012).

Por conseguinte, a pedagoga brasileira Ana Maria Saul (1991, p.61) caracteriza a avaliação emancipatória

[...] por um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem suas próprias alternativas de ação.

A avaliação acima referida “[...] está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a classificação de alternativas para a revisão desse real” (SAUL, 1991, p. 61). Por tudo isso, a avaliação emancipatória é um instrumento pedagógico mais eficaz dando visibilidade à ação do professor para exercer sua democracia frente aos desafios da globalização que a escola e toda sociedade enfrenta. “Esse processo pode permitir que o homem, através da consciência crítica, imprima uma direção as suas ações nos contextos em que se situa, de acordo com os valores que elege e com os quais se compromete no decurso de sua historicidade” (idem, p. 61).

Nessa abordagem, Sobrinho (2008) salienta que é a educação superior é responsável pela formação de sujeitos mais democráticos, dignos, solidários, justos, que saibam respeitar as diversidades e que ajudam a construir uma sociedade com valores e princípios segundo os parâmetros e orientações das leis. Para que seja construída uma sociedade mais democrática, que promova a justiça, a liberdade, a solidariedade, é necessário que a instituição tenha produções científicas de qualidade e que sejam voltadas para os interesses da população.

4 PROGRAMAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

No Brasil, os testes padronizados não são recentes. Eles começaram a ser ampliados já nas duas primeiras décadas do século passado, quando “[...] a tecnologia das capacidades humanas teve grande avanço” (SAUL, 1991, p. 26-27). A partir da década de 30, os estudos avaliativos para verificação do desempenho do aluno passam a incluir novos instrumentos, como “[...] testes, escalas de atitude, inventários, questionários, fichas de registros de comportamento (*check lists*) e outras medidas” (idem, p. 27), com o objetivo de colher

informações sobre o rendimento dos alunos com relação aos objetivos propostos pelos currículos.

Mas foi no final dos anos 80, em especial após 1990, com a crescente internacionalização do capitalismo, a emergência da avaliação “[...] se configurou como dispositivo útil para instrumentar mediações entre o local e o global” (FREITAS, 2007, p. 57). Várias experiências com relação à avaliação do sistema educacional começam a ser realizadas procurando associar o rendimento escolar a fatores como região do país, classe social, condições da escola, das famílias, entre outros. As avaliações que foram surgindo fazem parte de algumas reformas educacionais por iniciativa dos governos, com o objetivo de monitorar a educação básica e superior, obtendo informações sobre o nível de conhecimento dos educandos e as condições da instituição, interferindo na aferição dos resultados e induzindo as instituições para a qualificação pretendida pelo Estado avaliador. Vários fatores como a expansão da escola, o empenho de agentes estatais articulados com “especialistas” brasileiros e pesquisadores estrangeiros, as ideias adotadas para enfrentar a crise econômica e o Estado desenvolvimentista, estimularam o interesse estatal pelas atividades de “[...] medir, avaliar, informar” (idem, p. 52-53).

Nesse sentido, é importante salientar o apontamento de Gatti (2002, p.17) quando nos diz que

Avaliação Educacional hoje não é apenas um campo com teorias, processos e métodos específicos, mas também um campo abrangente que comporta subáreas, com características diferentes: avaliação de sistemas educacionais, de desempenho escolar em sala de aula, de rendimento escolar com objetivo de macroanálises, de programas, avaliação institucional e auto-avaliação. Admite ainda diferentes enfoques teóricos como avaliação sistêmica, avaliação iluminativa ou compreensiva, avaliação participativa etc.

Neste contexto, é oportuno salientar o argumento de Afonso (2000, p. 49) de que “[...] o Estado vem adotando um *ethos* competitivo, *neodarwinista*, passando a admitir a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos *resultados* ou *produtos* dos sistemas educativos.” Com o a preconização do capitalismo passou-se a diminuir os gastos com o setor público e induziu-se à criação de mecanismos de controle a fim de manter e criar padrões tecnológicos para enfrentar a competitividade internacional. Passou-se a dar mais importância ao produto do que ao processo. E para que o produto seja satisfatório precisa haver um controle por parte dos governos a fim de manter a eficácia e assim atingir as metas quantitativas desejadas.

A avaliação externa, segundo Belloni (2001), é aquela conduzida por sujeitos externos e independentes da ação, seja da sua formulação, da implementação ou dos seus resultados.

Estes sujeitos terão a vantagem por serem mais independentes e autônomos envolvendo os acertos e os equívocos, mas por outro lado terão a dificuldade de ter menor conhecimento do objeto avaliado, em seu processo de formulação e execução.

O sistema nacional “[...] busca nas avaliações externas uma metodologia que o fotografe sob um ponto de vista amplo, que lhe apreenda certas características, que lhe desenhe um perfil e que possa ser utilizado para mobilizar esforços no sentido de seu aperfeiçoamento” (WERLE, 2010, p. 22-23). Esse tipo de avaliação não pretende destacar ou particularizar os fazeres docentes, as condições de trabalho, os recursos disponíveis, nem pretende mudar o fazer pedagógico. A avaliação em larga escala apresenta-se como um método de um foco bem definido que é o de prestar contas à sociedade sobre a aplicação do dinheiro público em relação ao trabalho desenvolvido pelas instituições escolares.

As empresas contratadas pelo governo para aplicar tais avaliações são apenas protagonistas do processo e não têm conhecimento do que seja um processo avaliativo, desconhecem a realidade de uma escola e buscam somente dados estatísticos para fazer comparações sobre o desempenho dos alunos e assim prestar contas aos agentes financeiros dos resultados obtidos.

No Brasil, há cinco processos estratégicos de avaliação em foco na educação básica: “O SAEB – Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos –; ENCCEJA; Prova Brasil; Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM – e a Provinha Brasil” (WERLE, 2010, p. 26-27).

A primeira aferição do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) foi em 1992, mas ele foi criado formalmente somente em 27 de dezembro de 1994. Comenta Freitas (2007) que o SAEB foi organizado sobre os eixos da democratização da gestão, valorização do magistério e qualidade de ensino e desde a sua criação sofreu várias alterações perdendo o horizonte estabelecido, que era de uma avaliação tendo por pilar de sustentação a formação de competência avaliativa descentralizada. Até 1994, eram as Secretarias de Educação dos municípios e dos estados que faziam a pesquisa de campo, o tratamento e a análise.

Entretanto, em 1995, os procedimentos de avaliação dos sistemas de ensino passaram a ser realizados com empréstimos do Banco Mundial e foi definitivamente adotada a terceirização de operações técnicas e o Ministério da Educação passou apenas a definir os objetivos gerais do sistema de avaliação (WERLER, 2010, p. 27).

Atualmente, o sistema de avaliação SAEB é aplicado a cada dois anos com provas de Português e Matemática e questionário socioeconômico. Seu objetivo é realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e alguns fatores que possam interferir no

desempenho do aluno, fornecendo indicações sobre a qualidade do ensino ofertado. O SAEB é composto por duas avaliações complementares: a primeira, Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica), abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas do país, matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio. Os resultados são apresentados para cada Unidade da Federação, Região e para o Brasil como um todo. A segunda, a Anresc (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), é aplicada somente a alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Neste estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil e oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país, que vão ser usados no cálculo do Ideb (BRASIL, 2012c).

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) foi instituído no final do mandato de FHC, em 2002. É uma avaliação voluntária e gratuita ofertada a jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade apropriada para aferir competências, habilidades e saberes adquiridos tanto no processo escolar quanto no extra-escolar. Seu principal objetivo é construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros (BRASIL, 2012).

A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. A primeira edição foi em 2008 e ela acontece sempre em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. A Provinha Brasil é instrumento pedagógico, sem finalidades classificatórias, que fornece informações sobre o processo de alfabetização aos professores e gestores das redes de ensino e tem como objetivos principais avaliar o nível de alfabetização dos alunos/turma nos anos iniciais do ensino fundamental e diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita (BRASIL, 2012b). Para Esteban (2009, p. 49),

[...] a formulação da proposta está desarticulada do cotidiano escolar, não considera suas peculiaridades, os diferentes contextos sociais e as culturas em que as crianças vivem e nas quais as escolas se inscrevem. Desaparece a dimensão sócio-histórica das dinâmicas escolares e da composição de seus resultados. Há, portanto, um grande distanciamento entre os resultados obtidos e os sujeitos que, supostamente, os produzem.

Essa avaliação externa é realizada por instrumentos unificados e a aprendizagem é medida pelo desempenho do aluno e a avaliação está ligada apenas à medição e controle, produzindo resultados que servem para gerar competições e hierarquias dentro dos contextos, processos, resultados e sujeitos (idem, p. 50).

Em 1998, foi criado o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) tendo como principal objetivo democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitando a mobilidade acadêmica e induzindo a reestruturação dos currículos do ensino médio. É um exame individual, voluntário para os estudantes que concluem o ensino médio (BRASIL, 2012a).

Em 26 de janeiro de 2010 é instituído o SISU (Sistema de Seleção Unificada), gerenciado pelo Ministério da Educação – MEC, com o objetivo de fortalecer e institucionalizar o ENEM. O SISU é o sistema informatizado, por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes. A seleção dos candidatos às vagas disponibilizadas por meio do SISU será efetuada exclusivamente com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (BRASIL, 2012d).

O Estado, nesta proposta de criar métodos de avaliação, revela-se um regulador das ações desenvolvidas pelos estabelecimentos de ensino, a fim de alcançar a equidade, a eficiência e a qualidade da educação, metas estas quantitativas, exigidas pelos agentes financeiros. Nessa perspectiva de obtenção de resultados, elaboram provas homogêneas para todo o país, desconsiderando os conhecimentos culturais e sociais de cada região e os contextos no qual se dão os processos educativos. “A avaliação baseada em provas psicométricas referidas à norma está desenhada para selecionar e não para incluir.” (CASASSUS, 2009, p. 76). As escolas passam a ter uma autonomia muito mais retórica do que real, sendo responsabilizadas pelos maus resultados obtidos e o Estado, por sua vez, ausenta-se das obrigações de protetor e defensor da sociedade civil.

5 DESTAQUES E CONSIDERAÇÕES

Existem muitas formas de se avaliar, mas o que se observa é que a avaliação, nas escolas, tem sido usada como uma forma de selecionar e comparar os alunos, em função de uma nota obtida. Alguns questionamentos seriam pertinentes, como O que se ensina? Por que se ensina? Para quem se ensina? O que se espera com a avaliação aplicada? Avalia-se o que?

Para quê? Qual o processo utilizado? Acontece a exclusão durante a sua verificação? A partir dessas reflexões o professor, a escola ou o Estado teriam condições de ajudar no desenvolvimento intelectual dos alunos e na superação de suas dificuldades, bem como definir as prioridades do sistema educacional e aplicar os recursos de forma adequada.

As avaliações em larga escala, no Brasil, estão sendo aplicadas somente para algumas séries e vêm adotando metodologias que buscam mostrar muito mais os resultados quantitativos do que os qualitativos. O que importa é o produto e não as metodologias utilizadas pelos educadores para desenvolvimento de todo o processo ensino/aprendizagem. Nas escolas, os profissionais têm muitas dúvidas e a exposição dos resultados na mídia gera certa apreensão e um descontentamento.

O grande desafio para a avaliação passa pela utilização, harmonização e padronização de métodos e técnicas conduzidas de forma otimizada por órgãos do governo, secretarias de educação, universidades e escolas, tendo como objetivo único a melhoria da qualidade do ensino (SILVA, 2010, p. 210-211).

É importante ressaltar que a avaliação deve ser colocada como um elemento integrador e motivador e não como uma ameaça, terror ou pressão, uma vez que “[...] sem normas de excelência, não há avaliação; sem avaliação, não há hierarquias de excelência; sem hierarquias de excelência, não há êxitos ou fracassos *declarados* e, sem eles, não há seleção, nem desigualdades de acesso às habilitações almejadas do secundário ao diploma” (PERRENOUD, 1999, p. 26).

Para que se consiga a democratização é necessário que a criança tenha acesso ao ensino, depois permaneça na escola e conclua os estudos tendo se apropriado de uma aprendizagem de qualidade com capacidade de compreender a realidade transformando-a para melhor. Nesse sentido é fundamental o cumprimento da lei presente na Constituição Federal do seu artigo 206 o qual dispõem sobre os princípios a serem seguidos quanto ao ensino:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 2012e).

A fim de que os princípios a cima relatados sejam efetivados é necessário que a educação seja vista como um investimento, não como um gasto. A população deve ter garantido o direito de uma educação pública de qualidade com escolas bem estruturadas, com infraestrutura adequada, com material didático e pedagógico e com profissionais qualificados e valorizados.

A responsabilidade sobre os resultados dos alunos deve ser amplamente discutida, bem como o controle do Estado e aquilo que se ensina e de como se ensina nas escolas públicas. Dessa forma, a avaliação deve ser voltada para o progresso do conhecimento, revisão ou substituição das ações que não mostraram resultados satisfatórios. Nesse processo, todos os sujeitos envolvidos precisam participar desde a formulação até a implementação das ações ou políticas prevista e “[...] cabe à educação superior desenvolver, afirmar, consolidar ou mesmo construir a cidadania. Essa formação de cidadãos e consolidação da cidadania é, ao mesmo tempo, construção da sociedade democrática” (SOBRINHO, 2008, p. 195). O professor deve assumir uma posição pedagógica que execute e avalie de maneira clara, objetiva, explícita e contínua, colocando em prática os estudos teóricos a fim de utilizar a avaliação como um meio de transformação social e aperfeiçoamento da qualidade educativa, e assim formar sujeitos críticos e transformadores da sociedade.

6 REFERÊNCIA

- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRASIL. **ENCCEJA**. Disponível em: <http://encceja.inep.gov.br/>. Acesso em: 03 fev. 2012.
- _____. **ENEM**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/enem>. Acesso em: 03 fev. 2012a.
- _____. **Provinha Brasil**. Disponível em: <http://provinhabrasil.inep.gov.br/provinha-brasil>. Acesso em: 03 fev. 2012b.
- _____. **SAEB**. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br>. Acesso em: 03 fev. 2012c.
- _____. **SISU**. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/sisu>. Acesso em: 03 fev. 2012d.
- _____. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const>. Acesso em: 05 fev. 2012e.
- CASASSUS, Juan. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda de qualidade e a segmentação social. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, n. 09, p. 71-78, mai./ago., 2009.
- DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação**: de como ignorar, em vez de enfrentar. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 68).

DICIONÁRIO on line de português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br>. Acesso em: 03 fev. 2012.

ESTEBAN, Maria Helena. Provinha Brasil: desempenho escolar e discursos normativos sobre a infância. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, n. 09, p. 47–56, mai./ago., 2009.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas: Autores Associados, 2007.

GATTI, Bernardete A. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. **Eccos Revista Científica**. São Paulo, n. 1, v. 4, p. 17-41, jun. 2002.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

KLEIN, Ruben; FONTANINE, Nilma Santos. Avaliação em larga escala: uma proposta inovadora. **Revistas do Sistema Inep**, v. 15, n. 66, abril/jun. 1995.

LUCHESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou Avaliação**: o que pratica a escola? A construção do projeto de ensino e avaliação, n. 8, São Paulo: FDE, 1990.

_____, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória**: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

SILVA, Wellington; SOARES, Tufi Machado. Eficácia dos processos de linkagem na avaliação educacional em larga escala. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 191-211, jan./abr. 2010.

SOBRINHO, José Dias; BALZAN, Newton César (orgs). **Avaliação institucional**: teoria e experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar., 2008.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Avaliação em larga escala**: foco na escola. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2010.